



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Eixo: Gestão de Políticas Sociais

Capitalismo dependente e as políticas sociais no Brasil.

Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani¹

Resumo: O presente artigo buscou realizar uma revisão bibliográfica e documental sobre o conceito de capitalismo dependente sob a perspectiva teórica de Florestan Fernandes, Liliam dos Reis Souza Santos e Tatiana Bretas. A proposta deste artigo buscou aproximar o conceito *capitalismo dependente* e seus aspectos teóricos na realidade latino-americana, brasileira e posteriormente nas políticas sociais do Brasil. O artigo buscou demonstrar o caráter regressivo do financiamento das políticas sociais em contraponto com o pagamento da dívida externa demonstrando a dependência brasileira ao capital financeiro internacional.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente; Brasil; Políticas Sociais.

Abstract: This article sought to carry out a bibliographic and documentary review on the concept of dependent capitalism from the theoretical perspective of Florestan Fernandes, Liliam dos Reis Souza Santos and Tatiana Bretas. The proposal of this article sought to bring the concept of dependent capitalism and its theoretical aspects closer to the Latin American and Brazilian reality and subsequently to Brazilian social policies. The article sought to demonstrate the regressive nature of the financing of social policies in contrast to the payment of external debt, demonstrating Brazil's dependence on international financial capital.

Keywords: Dependent Capitalism; Brazil; Social politics.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe realizar uma revisão bibliográfica e documental sobre o conceito de capitalismo dependente sob a perspectiva teórica de Florestan Fernandes, Liliam dos Reis Souza Santos e Tatiana Bretas. Buscou-se uma aproximação com o conceito de

¹ Assistente Social, graduada pela Universidade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba – UNESPAR, 2006. Especialista em Gestão de Políticas Sociais com Centralidade na Família. Mestra e doutoranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: tihara.mantovani@uel.br



capitalismo dependente e seus aspectos teóricos na realidade latino-americana, brasileira e posteriormente nas políticas sociais do Brasil. O artigo buscou demonstrar o caráter regressivo do financiamento das políticas sociais em contraponto com o pagamento da dívida externa demonstrando a dependência brasileira ao capital financeiro internacional.

A metodologia adotada no presente artigo foi a pesquisa bibliográfica, por meio de uma revisão sobre a ótica dos autores mencionados, e pesquisa documental, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal².

O capitalismo dependente compreende o desenvolvimento econômico, social e político dos países atrelado ao crescimento e expansão de economias denominadas pelos autores como “imperialistas”, submetidos sob uma relação de dependência com a *superexploração* da força de trabalho e expressões diversas da questão social.

O conceito do capitalismo dependente para muitos autores é considerado uma produção crítica ao desenvolvimentismo, atribuindo ao capitalismo e sua fase monopólica como o grande responsável pelos altos índices de pobreza e desigualdade nos países, em especial aos latino-americanos, aos quais, insere-se o Brasil.

Não é a proposta desse artigo aprofundar sobre esse tema, mas apresentar uma aproximação teórica através de alguns elementos visando introduzir o conhecimento sobre o capitalismo dependente.

Inicialmente buscou-se relacionar as obras e produções acadêmicas dos autores referenciados visando compreender em uma grande relação dialética o conceito e definições do *capitalismo dependente*.

Contudo, durante a pesquisa, como em um grande movimento dialético, verificou-se a necessidade de compreender outras bibliografias essenciais, como as obras de Rui Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos, buscando explorar esse conceito pela ótica desses autores, pesquisa essa, que em razão dos limites postos neste artigo, não serão utilizados nesse momento.

Na última seção, foi apresentado as implicações dessa dependência nas políticas sociais e no sistema de proteção social do Brasil, e por fim, as considerações finais.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.

A dialética é o método de pensamento que não é apenas método, mas a tentativa de superar a simples arbitrariedade do método e trazer ao conceito aquilo que não é apenas conceito (Adorno, 2022). Na dialética tudo se dissolve em processo, e o materialismo histórico

² Disponível no portaldatransparencia.gov.br (BRASIL, 2023).



e dialético de Marx, inspirado na dialética hegeliana, será o processo metodológico utilizado nesta pesquisa, de buscar compreender o conceito de Capitalismo Dependente.

Visando problematizar esse debate, será utilizado como *mediação* as contribuições de Florestan Fernandes (1975), Liliam dos Reis Souza Santos (2020), Tatiana Bretas (2020) e alguns outros pesquisadores.

É importante destacar, que o entendimento da formação do Estado capitalista brasileiro possui no decorrer da história diversas interpretações teóricas. Neste artigo partiremos do entendimento de Santos (2020) que atribui ao Estado capitalista como uma “construção social, expressão da emancipação política burguesa e componente estratégico do processo de reprodução do sistema do capital” (221).

Para a autora, diante dessa compreensão nega-se a teoria política burguesa:

de autonomização do Estado face à totalidade desse sistema, para afirmar que existe uma relação de organicidade, dialeticamente contraditória, entre Estado e capitalismo. Ou seja, há, estruturalmente, uma indispensável imbricação entre as dimensões econômicas, sociais e políticas no processo de desenvolvimento capitalista, evidenciando que o Estado não é um ente abstrato, absoluto e unívoco, mas histórico e relacional (Santos apud Pereira, 2009; 2011, p. 221).

Por sua vez, Florestan Fernandes (1975) não compartilha da teoria do subdesenvolvimento enquanto *atraso* “ou como a que recorre a processos sociais (de urbanização, de industrialização...) como se eles fossem em si mesmos explicativos”, e nega, também, que o subdesenvolvimento somente poderá ser superado com a “aceleração do crescimento econômico” (Cardoso, 2013, p. 1).

De acordo com Santos (2020, p. 222) o capitalismo dependente é uma vertente teórica crítica elaborada por Rui Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos, entre as décadas de 1960 e 1970.

Essa teoria compreende o desenvolvimento econômico, social e político dos países “em desenvolvimento”, atrelados ao crescimento e expansão de economias denominadas pelos autores como “imperialistas”, às quais os primeiros estão submetidos sob uma relação de dependência com *superexploração* da força de trabalho (Santos, 2020).

Cardoso complementa que Florestan não formula uma “teoria da dependência”, mas contribuiu teoricamente com a teoria do desenvolvimento capitalista, direcionando seu olhar teórico para o sistema de classes.

Sistema esse que não se resume à figura abstrata de dependência entre as nações, pois, para o autor, “a história é obra dos homens”. A história não se reproduz automaticamente, mas é construída coletivamente pelos homens (Cardoso, 2013).

Ao analisar a história e o desenvolvimento capitalista, a luta de classes tem destaque e importância no decorrer da construção das relações de classes. Dessa mesma forma, o capitalismo possui sua própria lógica como uma grande engrenagem:



consiste exatamente na articulação entre os mecanismos “de fora para dentro” (dos centros capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e “de dentro para fora” (da periferia para os centros hegemônicos). Quanto a esses dois fatores, o externo e o interno, diz que “um não se fortalece sem ou contra o outro” (CSAL, 54). As burguesias locais tomam parte importante nessa articulação. É por meio delas que a articulação se realiza. Por isso Florestan as identifica como parceiras das burguesias hegemônicas (Cardoso, 2013, p. 2-3).

No entanto, o Estado se legitima dentro de uma “relação social”, servindo aos interesses do grande capital e, também, se articulando com as reivindicações da classe trabalhadora. Essa relação contraditória compreende o rompimento com uma “apreensão instrumentalizada, unilateral e autossuficiente do Estado” (Santos, 2020, p. 222).

Durante aproximadamente três séculos, grande parte das nações latino-americanas foram submetidas ao sistema básico de colonização e dominação externa, construído com base nos requisitos culturais, econômicos, e principalmente, políticos do assim chamado “antigo sistema colonial”. Os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das Coroas (Espanha e Portugal), seguindo vigorosamente suas intencionalidades visando o benefício e os interesses dos impérios mencionados (Fernandes, 1975, p. 13).

Por muitos séculos essa organização prevaleceu nas colônias, e os elementos que levaram à crise dessa ordem social descrita por Fernandes (1975), estudos que não serão aprofundados neste momento, em razão da complexidade e particularidade dessas análises, cabendo um estudo à parte e em outro momento.

Na primeira metade do século XX, diante de um cenário de conflitos e crise do capital (quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929), em um contexto de disseminação das teorias socialistas, com avanços tecnológicos, “organização burocrática, produtividade, crescimento acelerado e internacionalização, compeliu as nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia para uma defesa agressiva do capitalismo privado, especialmente após a II Guerra Mundial” (Fernandes, 1975, p. 21).

De acordo com Florestan Fernandes (1975) enquanto nesse momento a concorrência era nacional entre as economias avançadas (antigo imperialismo), no imperialismo moderno representava:

uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo. Nesse clima político, a expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinflúência das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos foram recebidas como um preço razoável, pelas burguesias nacionais dos países capitalistas avançados, inclusive a Inglaterra, França, Alemanha e Japão. Algumas tensões e rupturas permaneceram, mas são manipuladas em condições seguras para a defesa e o fortalecimento dos “interesses privados”, isto é, do capitalismo (p. 21).

Diante desse cenário, os países latino-americanos se viram em condições desiguais, buscando uma “espécie de miniatura do modelo europeu de revolução burguesa, através de



expedientes improvisados e oportunistas” sob a égide do grande capital externo e financeiro ditado pela concorrência multinacional de regulamentação mundial (Ibidem).

Nesse contexto, direciona-se a atenção para a realidade do Brasil, que visando compreender sua particularidade, será abordado, na seção seguinte, o Capitalismo Dependente e suas implicações no desenvolvimento social brasileiro.

3. O CAPITALISMO DEPENDENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

Pensar a burguesia inserida na realidade brasileira, remete partir da superação do Estado liberal-oligárquico e entrada do capital industrial, introduzido sob o comando do Presidente Getúlio Vargas na década de 1930 (Revolução de 1930).

Certamente essa década foi um grande marco no país que subsidiou o desenvolvimento do capitalismo e propiciou transformações de âmbito econômico, social e político, mas ainda sob a hegemonia da oligarquia. Essa reorganização marca o início da modernidade e o início da era burguesa (Santos, 2020, p. 224 apud Fernandes, 1975, p. 203-204).

Durante esse período, as contradições do modelo econômico agroexportador propiciaram as transformações políticas e econômicas que proporcionaram o desenvolvimento da industrialização, como a economia cafeeira, que, “assentada em relações capitalistas de produção, engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria” (Santos, 2020, p. 224 apud Mello, 1982, p. 98).

A produção do café até seu consumo foi uma das produções largamente explorada pelo capital internacional ainda no século XIX (Brettas, 2020) aliada a outras atividades produtivas de grande interesse como no setor financeiro (banco inglês London e Brazilian Bank Ltd) e serviços públicos (estradas de ferro, instalações portuárias e energia elétrica).

Essa relação comercial, introduziu a aliança interna da burguesia brasileira com a externa, ao preço da condição subsidiária da economia nacional no âmbito da divisão internacional do trabalho (Santos, 2020). Para a autora, esse período inaugura uma nova etapa do capitalismo dependente, designado como *tardio*, por não “conter as mesmas particularidades dos países que participaram diretamente da primeira revolução industrial” (p. 224).

O Estado brasileiro por sua vez, foi preponderante e central na articulação para defesa dos interesses da classe burguesa se impondo como um Estado forte na defesa dos interesses capitalistas ao mesmo tempo cedendo às demandas da classe trabalhadora



(criação do Ministério do Trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e da Constituinte de 1934).

Diversas, portanto, são as transformações no cenário brasileiro após os anos de 1930 de base urbano-industrial com impactos no campo (agricultura). O capital industrial certamente foi o grande responsável pela concentração de renda e aumento das desigualdades sociais.

Desse modo, o poder burguês não apenas trouxe novas formas de dominação, mas a associou às formas já existentes. Com isso, manteve as múltiplas contradições das estruturas econômicas, sociais e políticas (Santos, 2020, p. 226).

Entre os anos 1930 e 1950, com o aumento no setor industrial as tensões no bloco de poder se intensificaram:

O processo de monopolização do capital no Brasil ganha expressão a partir dos anos de 1950 e 1960, consolidando-se a partir das mudanças implementadas com o golpe de 1964. Uma de suas principais características é a maior intensidade no grau de concentração e centralização do capital, provocando uma reconfiguração na base produtiva do país (Brettas, 2020, p. 93).

Entre 1961 e 1964 uma crise de âmbito econômico e político se alastrou, visando a burguesia obter apoio da população, culminando no Golpe de 1964 de origem empresarial e militar.

A ditadura empresarial-militar funcionou como uma potência econômica e contribuiu para o fortalecimento dos grandes grupos privados, impulsionando a acumulação capitalista elevando o capitalismo dependente brasileiro a um novo patamar (Brettas, 2020, p. 123).

Paralelo a esse cenário, o contexto social se apresentava repleto de contradições, repressões violentas, crises políticas e econômicas. Os movimentos sociais, em especial após os anos 1970, passam a se fortalecer, ganhando força nos anos 1980, que resultará no processo de redemocratização de 1988.

Importante se faz nesse momento, compreender a relação do capitalismo dependente com as políticas sociais brasileiras, discussão que será explanada a seguir.

4. O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO BRASILEIRO DO CAPITALISMO DEPENDENTE.

Conforme mencionado nas seções anteriores, o capitalismo dependente juntamente com o Estado monopolista, favorece em todos os sentidos a manutenção do sistema vigente, desarticulando os movimentos sociais e utilizando da força policial para a “manutenção da paz”, e marginalizando o acesso aos processos políticos e democráticos, tornando-os de difícil acesso à classe trabalhadora (Souza, 2016, p. 54 apud Fernandes, 2008).



Apesar de naturalizar todo processo de superexploração, de acordo com Netto (2011) conservar a força de trabalho (física do trabalhador), em condições de ser explorada, também é uma função do capitalismo monopolista.

Apesar das particularidades do processo de disseminação do capitalismo monopolista em cada país da América Latina, na apropriação dos meios de produção (terra e capital), alguns elementos são semelhantes como: a informalidade, o desemprego estrutural e os salários extremamente baixos. Esse cenário intensifica e ocasiona a extrema desigualdade social e viabilizam uma relação de dominação do capital sobre o trabalho (Souza, 2016 apud Marini, 2011; Paiva, Ouriques, 2006).

De modo que a política social, que se funda também a partir da luta da classe trabalhadora, corresponderá, na América Latina, aos limites dessa própria luta que é dilacerada pela dominação econômica e política de um Estado monopolista de caráter autocrático. Para Fernandes (2008; 2006) os processos de coesão social e legitimação deste Estado perpassam de maneira ampla pelo constrangimento da classe trabalhadora a acatar a dominação e a desigualdade como padrões normais de sociabilidade (Souza, 2016, p. 54).

Com base nisso, remetemos ao Brasil da década de 1930, quando o sistema de seguridade social, ainda embrionário, criam as Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAPs, o Ministério do Trabalho, a CLT, a Constituinte de 1934, dentre outras conquistas da classe trabalhadora, representando um grande avanço para a população, mesmo que irrisório, comparado ao número de trabalhadores sem carteira assinada e vivendo da informalidade sobre condições superexploradas.

De acordo com Souza (2016, p. 55 apud Paiva, Ouriques, 2006) a informalidade atinge grande parte dos trabalhadores, “que têm sua força de trabalho disposta à reprodução do capital sem nenhuma mediação do Estado e nenhum direito trabalhista garantido, sem contar o desemprego estrutural que é aqui historicamente presente”.

Enquanto nos países europeus se institui sistemas de proteção social, inclusive com políticas universais, na realidade latino-americana são programas pontuais, focalistas e de pouco impacto social, diante de uma massa de trabalhadores informais.

o caráter subordinado das economias dependentes na sua vinculação com o imperialismo coloca a dependência econômica em patamares extremos via criação e perpetuação da dívida pública. Aqui o fundo público é sempre desigualmente dividido entre os gastos sociais e o pagamento da dívida, sendo que esta última tem prioridade absoluta. Reverbera daí a não garantia, pelo Estado, dos níveis mínimos de proteção social ao conjunto da classe trabalhadora que possam mediar de maneira menos opressora os interesses conflitantes (Souza, 2016, p. 56).

Os investimentos em políticas sociais, apesar das conquistas da classe trabalhadora no processo de redemocratização que culminará na promulgação da Constituição Federal de



1988, serão ínfimos se comparados ao “investimento” do fundo público para a manutenção do grande capital.

De acordo com Salvador (2010) a história brasileira tem apresentado um quadro de constante resgate do fundo público, visando socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos:

A financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social (Salvador, 2010, p. 606).

Dessa forma, o fundo público tem amparado as crises cíclicas do capital financeiro internacional, subsidiando financeiramente o mercado sob as custas das políticas sociais, em especial, da seguridade social.

De acordo com os dados do Portal da Transparência (Brasil, 2023) ao analisar a tabela 1, referente aos órgãos com maiores despesas pagas, do exercício de 2023, é possível observar que o investimento com as políticas de seguridade social e educação, correspondem a 33,92% da aplicação do recurso.

Tabela 1 – Órgãos Superiores do Governo Federal com maior despesa (exercício 2023).

ÓRGÃO SUPERIOR	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Ministério da Fazenda	R\$ 2.304.699.048.312,13	55,66%
Ministério da Previdência Social	R\$ 892.828.777.888,45	21,56%
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	R\$ 176.268.471.491,42	4,26%
Ministério da Saúde	R\$ 169.219.769.496,40	4,09%
Ministério da Educação	R\$ 165.978.875.668,05	4,01%
Outros	R\$ 431.678.186.840,13	10,43%
Total	R\$ 4.140.673.129.696,58	100,00%

Fonte: Portal da Transparência (Brasil, 2023)³.

Se considerarmos somente as políticas de seguridade social (assistência social, saúde e previdência social) esse valor diminui para 29,91% do investimento.

Destacam-se os valores efetivamente pagos do Ministério da Fazenda representando 55,66% do total dos recursos aplicados.

Certamente, a dívida externa está contemplada nos 55% das despesas pagas no exercício de 2023 (Ministério da Fazenda), expressando mais da metade de todo recurso pago no período em destaque conforme é possível observar na tabela 2:

³ Disponível: <https://portaldatransparencia.gov.br/despesas?ano=2023>

**Tabela 2 – Distribuição por Grupos/Natureza de Despesas (Exercício 2023).**

GRUPO DE DESPESA	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Amortização/Refinanciamento da Dívida	R\$ 1.646.144.203.729,67	39,76%
Inversões Financeiras	R\$ 82.301.515.289,52	1,99%
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.855.719.425.075,50	44,82%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 240.662.197.806,21	5,81%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 286.014.596.880,98	6,91%
Outros	R\$ 29.831.190.914,70	0,72%
Total	R\$ 4.140.673.129.696,58	100,00%

Fonte: Portal da Transparência (Brasil, 2023)⁴.

Como é possível observar, 39,76% do valor pago em 2023 foi referente a amortização/refinanciamento da dívida, aliado a mais 5,81% de juros e encargos da mesma, totalizando 45,57% de despesas com a dívida pública.

Diante desse cenário, uma análise mais aprofundada, que caberá em outro momento oportuno, se faz necessária diante da complexidade dos dados coletados, considerando inclusive as mudanças no âmbito legal, em relação à mais nova reforma tributária aprovada por meio da Emenda Constitucional 132, a qual foi promulgada em 20 de dezembro de 2023 unindo, gradativamente, impostos sobre o consumo de estado e municípios, buscando sanar a guerra fiscal entre os entes federados e publicizar, com transparência, os tributos efetivamente pagos.

Logo, o passado se faz presente, com a ausência de financiamento para as políticas públicas e sucateamento das poucas que resistem, apresentando um cenário de políticas insuficientes, desarticuladas e focalistas, expressão da dependência e da superexploração, estruturantes do capitalismo brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreender o capitalismo dependente requer rigor metodológico e aprofundamento teórico, sendo oportuno e necessário visando construir uma linha de análise que permita vislumbrar uma estratégia na busca por uma sociedade livre das amarras da dependência do capital.

A dependência é histórica e suas amarras contém raízes ideológicas, culturais, sociais e principalmente, econômicas, que se expressam até os dias atuais.

Diante desse cenário caótico, inserem-se as políticas sociais, instituídas de maneira precarizada, sucateada e focalizada, mas ainda assim, garantidoras de direitos.

⁴ Disponível: <https://portaldatransparencia.gov.br/despesas?ano=2023>



Ainda que o sistema de seguridade social seja criado com a finalidade de manutenção do sistema capitalista, não se pode negar a importância e a necessidade desses serviços, programas, projetos e benefícios para a classe trabalhadora, dependente dos serviços públicos.

Além disso, as políticas sociais são frutos da luta de classes e da busca por melhores condições de trabalho, manifestando expressões do engajamento e da organização da classe trabalhadora.

Em suma, não resta dúvidas que a resistência diante do cenário de superexploração imposto pelo capitalismo monopolista, certamente perpassa pela luta pela manutenção e financiamento das políticas sociais, tão logo, pela disputa do fundo público, e garantir que representantes da classe trabalhadora ocupem esses espaços, por muitas vezes inacessíveis, nem sempre fará com que a mudança aconteça, mas poderá iniciar uma busca por uma ruptura com a dependência historicamente existente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Introdução à dialética**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Gráfico despesas pagas por órgão orçamentário**. Portal da transparência. 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/orcamento/despesas> Acessado em: 14/02/2024.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Temporalis, 17(34), 53–76. 2017. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p53-76>

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes**. São Paulo: IEAUSP.13/05/2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf> Acessado em: 12/02/2024.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente: e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. Serviço Social de Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JjjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 10/02/2024.

SANTOS, Liliam dos Reis Souza. O Estado brasileiro: entre o velho e o novo no contexto do capitalismo dependente. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida (org.). **Ascensão da nova**



Londrina PR, de 20 a 23 de Maio de 2024.

direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina.** Argumentum, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 48-60, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v8i1.11827>